



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

00139906

ATA DA 27ª PLENÁRIA REGIONAL SUDESTE 2025

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, no Hotel Windsor Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro, teve início a 27ª Plenária Regional Sudeste do SINPAF. O evento, realizado nos dias 14 e 15 de março, contou com a presença de diretores do sindicato, representantes das Seções Sindicais da região, além de convidados e palestrantes. O credenciamento dos participantes ocorreu a partir das sete horas do dia 14, com o registro de presença e a entrega de materiais do evento. No total, registraram presença 22 delegados. Em seguida, a sessão de abertura foi iniciada às 9 horas pelo diretor da Regional Sudeste, Devanir Sebastião dos Santos, que estava acompanhado pelo presidente do SINPAF, Marcus Vinicius Sidoruk Vidal e pela Dra. Lígia Valéria Saraiva, que deram as boas-vindas aos presentes. Nesse momento, destacou-se que a camiseta foi produzida com algodão da Embrapa e o crachá continha sementes de tomate. Antes do início da Mesa 1, foi aberta uma discussão sobre a eleição da mesa e aprovação do regimento e da pauta da 27ª Plenária Regional Sudeste, que estavam programadas para serem decididas ao final da mesa. Devanir dos Santos explicou que a prática já havia sido adotada em plenárias anteriores sem prejuízo para o andamento dos trabalhos. O diretor José Carlos Sá Ferreira, da Seção Sindical Agroindústria de Alimentos, encaminhou questão de ordem informando que a pauta foi enviada por e-mail pelo diretor Devanir para apreciação e manifestação dos presidentes e a única a se manifestar foi Andrea Matos, da Seção Sindical Solos. Em seguida, Andrea recebeu a palavra e citou o artigo 60 do estatuto do SINPAF, onde consta que presidente e secretário devem ser eleitos pelos delegados presentes e, portanto, a constituição da mesa precede o início da plenária. Ela solicita que a eleição do secretário e relator seja feita e manifesta seu acordo com a aprovação posterior do regimento sem a presença de convidados. Solicita também que a proposta de pauta da plenária seja construída coletivamente 30 ou 60 dias antes da plenária. Considera essa ação positiva para a pauta e os desdobramentos. José Carlos pede novamente a palavra e propõe encaminhamento pela composição imediata da mesa. Tércia Torres, da Seção Sindical Campinas, pediu a palavra para expressar sua



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

00739906

contrariedade ao início do debate sem a presença do convidado Sandro, que, até esse momento, não havia informado o não comparecimento. Também ressaltou que a experiência da plenária de 2024 não foi boa e defende o cumprimento das regras do estatuto do sindicato: publicação imediata da ata, discussão da pauta com no mínimo 30 dias de antecedência e que as decisões da plenária sejam implementadas ao longo do ano. Em seguida, procedeu-se a contagem de quórum para início dos trabalhos e foi constatada a presença de 19 delegados naquele momento. Votou-se, então, pela composição da mesa naquele momento, o que foi aprovado por unanimidade. O delegado José Carlos propôs a seguinte formação para a mesa: Devanir (presidente), Davi Regis de Oliveira (secretário) e Cirlei Alves Fiuza (relatora). Feita a votação, a mesa foi aprovada. O presidente Marcus Vinícius pontua que, com relação à ata do ano passado, houve dificuldade de conclusão por conta da estrutura reduzida de diretores na DN do sindicato. Relata que foi feita a proposta de contratação de serviço externo, mas não foi aprovada. Para esse ano a contratação foi aprovada para que não haja o atraso que houve anteriormente. A **Mesa 1** teve início por volta das 10 horas e contou com a participação do presidente do SINPAF, Marcus Vinicius, e da jornalista Claudia Santiago, do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC). Sandro, presidente da CUT-RJ, também faria parte da mesa, mas, pouco antes do início, o diretor Zeca Magalhães informou que ele não conseguiu retornar de viagem à Brasília (DF). Claudia Santiago fez um panorama histórico da comunicação sindical e destacou a importância das redes sociais na disputa de hegemonia na sociedade. Além disso, explicou que o recolhimento de dados pessoais de milhões de cidadãos busca orientar as escolhas individuais desses cidadãos, com auxílio de algoritmos das plataformas digitais. Em seguida, o presidente Marcus Vinicius destacou o oligopólio digital mundial, formado por cinco plataformas que, juntas, controlam cerca de 80% do mercado – Alphabet, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft. Finalizou falando sobre o contexto da Embrapa: para ele a concepção vigente é extremamente verticalizada, sem democracia interna e sem espaços para discussão. Após o final da mesa, passou-se a aprovação do regimento interno e da pauta da plenária, respectivamente. O presidente da mesa, Devanir, informou que todas as seções sindicais receberam os documentos em seus e-



00139906

Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

mails no prazo regulamentar. Com relação ao regimento, não foi recebido retorno de nenhuma seção com questões ou sugestões. O delegado Mário Artemio Urchei, da Seção Sindical Campinas, fez a proposta de leitura do regimento e consideração de eventuais destaques. José Carlos pediu a palavra e respondeu que o regimento foi enviado com o tempo necessário e não houve destaque e encaminha para que seja feita a votação direta do regimento. Adilson Ferreira da Motta, da Seção Gado de Leite, reafirmou que pauta e regimento

foram encaminhados dentro do prazo de 30 dias que consta no artigo 62 do estatuto e não houve considerações prévias. Sugere prosseguir a votação. Mário Urchei defende que a plenária é soberana e por isso é importante ler o regimento. Em votação, o regimento foi aprovado sem nenhuma alteração. Em seguida, a pauta entrou em discussão. Foi informado que, juntamente com o regimento, todos receberam a proposta de pauta. Sugestões de conteúdo foram enviadas e incorporadas na medida do possível durante o processo de construção junto à direção nacional. Nesse sentido, orienta-se proceder à votação da mesma forma que foi feita com relação ao regimento. A pauta foi aprovada com 12 votos a favor e 7 abstenções. Delegados presentes no plenário solicitaram declaração de voto. Tércia Torres registrou sua insatisfação com a condução da discussão da pauta. Afirma que foi feita uma proposta que não foi mobilizada pela diretoria nacional e que houve ausência de discussão por parte dos presidentes de seção. Ricardo Rodrigues de Camargo, da Seção Sindical Campinas, afirmou que é importante falar que muitas coisas não estão escritas no estatuto. Que o regimento foi aprovado com base em um artigo que trata da pauta. Ademais, questiona quem decide quais sugestões são incorporadas ou não. Relata a prática de uma pretensa democracia, um processo transparente que não existe e destaca a importância de todos trabalharem como colegas. José Carlos argumenta que todos os presidentes estão presentes na plenária e questiona quem debateu a proposta com a base. Afirma que a culpa dos problemas no processo é de quem recebeu a proposta de pauta e não debateu com sua base. O presidente Marcus Vinícius aponta que há uma proposta de elaboração do regimento padrão com a produção de um caderno de regimentos para todas plenária, baseado em um modelo adotado pela CUT. Com



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

00139906

relação ao processo, lembra que historicamente as propostas são feitas dessa forma: o texto é enviado para os diretores, sugestões são feitas e algumas são aceitas e outras não. Ressalta que muitos presidentes não democratizaram a pauta. No caso das sugestões à 27ª Plenária, todas foram contempladas, ainda que nem sempre com as mesmas palavras. Na parte da tarde do dia 14, aconteceu a **Mesa 2** com a palestra "O papel da classe trabalhadora na busca por uma transição justa e sustentável", proferida por Duda Quiroga e Elisa Wandelli. A coordenação foi realizada pelo diretor suplente de comunicação do SINPAF, Jean Kleber Silva. Antes do começo da palestra foi distribuída uma cópia do regimento e da pauta impressos para cada participante. Ao dar início à mesa, Jean ressaltou sua importância contextualizando por ser um ano de COP e pelo lugar que a pauta ocupa na sociedade e contextualizar a origem do conceito de transição justa e a maneira como ele chegou ao movimento sindical em fins dos anos 1990. Só em 2015 o conceito se torna pauta governamental. A CUT assume a pauta no 13º CONCUT, inclusive no caderno. Passa então a palavra para as debatedoras com uma provocação: cita a pesquisadora Ana Terra para perguntar como trabalhar uma transição justa nesse momento da política mundial, a saída dos EUA do acordo de Paris e os desafios sociais que estão postos. Em seguida tem início a fala de Elisa, da diretoria de Ciência e Tecnologia do SINPAF-AM. Elisa deu início à sua fala ressaltando a importância de entendermos o direito ao meio ambiente saudável como um direito humano fundamental, assim como o próprio direito da natureza. Também pontuou que o impacto ambiental social da destruição é democraticamente distribuído entre os cidadãos e o aumento da poluição vai para a conta de cada um de nós. A palestrante ressaltou que existem uma série de políticas ambientais de sustentabilidade, que seguem acordos e protocolos internacionais e nacionais, no entanto, são políticas transversais e não prioritárias. Sobre a bioeconomia, Elisa pontuou que é preciso ter cuidado para que nossas instituições não se apropriem dos conhecimentos dos povos tradicionais e agrícolas para simplesmente fazer uma nova cadeia. E ressaltou a necessidade de serem utilizados indicadores diferenciados para avaliar os resultados da agroecologia nas pesquisas. Sobre o que pode ser feito, Wandelli deu algumas sugestões: cobrar políticas públicas, investimentos na agricultura



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

00039906

urbana e financiamentos; ajudar a chegar a quem precisa; fiscalizar as políticas dos governos federal, estadual e municipal; e pensar na nossa cidadania ambiental, no que cada um de nós faz na vida privada. A sustentabilidade exige mudanças estruturais e individuais e depende que a gente renuncie à geração de lucro imediata em prol do outro que ainda não tem ou que ainda vai nascer. Sobre a COP-30, afirma que é uma oportunidade para levar essas demandas adiante e fortalecer a agricultura familiar como solução para o racismo ambiental. É preciso fazer com que nossas demandas cheguem até lá. Em seguida, a palestrante Duda Quiroga, do SINPRO-Rio e diretora nacional da CUT, deu início a sua fala. Quiroga começou com uma contextualização sobre a participação da CUT na COP-30 e afirmou que esse é um debate que interessa a todos e por isso deve ser realizado nas plenárias estaduais da entidade que acontecerão ao longo do ano. Sobre o tema da mesa, Quiroga chamou atenção para o fato de que a realidade é que a crise climática está acontecendo e as consequências atingem principalmente trabalhadores rurais ao redor do mundo e nossas comunidades mais vulneráveis. Para ela, o processo de transição ecológica não pode ser feito às custas do nosso trabalho ou da nossa vida e a classe trabalhadora não pode ser deixada de fora. Os trabalhadores precisam ser ouvidos porque a luta não é apenas por emprego, é também por um modelo de desenvolvimento que leve em consideração nossas condições de vida e de dignidade. Quiroga também destacou a importância de desconstruir o conceito de economia verde que serve ao capitalismo e suas contradições ao invés de questioná-los e apenas redireciona a exploração para outro lugar, como as indústrias verdes. Por fim, Quiroga afirma que a transição não pode significar precarização. E não podemos permitir que grandes empresas se beneficiem enquanto a classe trabalhadora paga o preço. Sobre as alternativas para que a gente possa construir caminhos para fazer essa transição, ela afirma se tratar de uma luta que exige solidariedade. A **Mesa 3**, última do dia 14, abordou o tema do orçamento público da Embrapa e suas relações institucionais e administrativas com a presença de Luan Cândido, técnico do DIEESE/RJ, a coordenação foi feita pelo diretor nacional de Relações Institucionais do SINPAF, Zeca Magalhães. Zeca deu início a sua fala destacando que a luta pelo orçamento é também um debate sobre a luta de classes. E



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

00139906

é importante que os profissionais tenham consciência da sua condição enquanto classe trabalhadora. Segundo ele, os trabalhadores da Embrapa não conseguem se entender como classe trabalhadora, que trabalha em troca do seu salário, e nem como agentes públicos, que atuam em prol da sociedade. Por isso, é preciso intensificar a conversa com eles. O diretor destacou também a necessidade de falar com a sociedade em geral, que em grande parte desconhece a Embrapa, não sabe o que faz e o que pode fazer. Luan começou sua apresentação com uma breve apresentação do DIEESE (Departamento intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), desde a criação do órgão, passando pela atuação durante a ditadura militar, os processos de liberalização e privatização dos anos 90, a era dos governos Lula e Dilma e chegando em pesquisas desenvolvidas na atualidade. E afirmou que o DIEESE está à disposição do SINPAF e que conta com o sindicato para avançar na sua construção. Em seguida, explicou que se trata de uma empresa estatal federal dependente do tesouro e que seus recursos vêm do orçamento da União definidos na PLOA (Proposta de Lei Orçamentária Anual). Por isso, depende da gestão orçamentária do Congresso, majoritariamente conservador, e que há anos impõe contingenciamentos e bloqueios à empresa. O convidado também apresentou números do uso do orçamento da Embrapa, destacando que a menor parte do dinheiro é direcionada ao grupo de investimentos, o que pode prejudicar o trabalho da empresa em termos da estrutura de suas instalações e na qualidade de suas pesquisas. E pontuou que embora os trabalhadores estejam convivendo com cortes orçamentários e redução de pessoal, há um aumento do “lucro social” da Embrapa. Outro ponto importante foi uma comparação entre a relação de governos e empresas públicas: enquanto os governos Lula e Dilma Rousseff sempre viram o Estado como central para o desenvolvimento econômico, Michel Temer e Jair Bolsonaro adotaram uma postura de redução da presença estatal, o que impactou diretamente a Embrapa. Após a fala de Luan, o microfone foi aberto para intervenções dos participantes. Em seguida, foram encerrados os trabalhos do primeiro dia da 27ª Plenária Regional Sudeste. Às 8 horas do dia 15/3/2025, teve início o segundo dia da 27ª Plenária Regional Sudeste. Para compor a primeira mesa do dia e **Mesa 4** da plenária, sobre as lutas da Pesagro-RJ, foram convidados Ricardo Vieira da Silva e



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

Airton Castagna (Pesagro Niterói), José Roberto Borges de Souza e Cirlei Alves Fiuza (Pesagro Campos). Ricardo Silva e Airton Castagna relataram as lutas recentes enfrentadas, como o reajuste do vale alimentação e a transformação do plano de saúde em auxílio saúde, medida importante dado que, diante do perfil elevado de idade dos trabalhadores, nenhuma empresa queria participar da licitação e assumir o contrato. Além disso, foi destacado também regulamentação e implementação plena do plano de carreira e de salário. José Roberto e Cirlei, por sua vez, relataram problemas de comunicação entre a seção de Niterói e a seção de Campos, principalmente durante a gestão anterior. O presidente do SINPAF, Marcus Vinicius, contou que em 2024 houve uma série de reuniões do sindicato com a Pesagro e foi produzido e encaminhado para a diretoria um material com propostas mínimas, que foi utilizado de maneira equivocada. Antes do início da mesa seguinte, foi solicitada a ampliação do prazo para apresentação das moções das 10h para às 14 horas e que a mesa fornecesse os formulários para que fossem preenchidos. Com o tema "Gênero, Diversidade e Combate ao Racismo nas empresas de base do SINPAF", a **Mesa 5** contou com a participação de Karoline Bandeira, Conselheira Municipal de Políticas para Mulheres de São Paulo e Johari Silva, Conselheiro Estadual dos Direitos da População LGBTQIA+ do Rio de Janeiro. A coordenação ficou sob a responsabilidade da diretora de Políticas Sociais e Cidadania do SINPAF, Franciana Volpato. Karoline Bandeira começou sua fala chamando atenção para a importância de falar para uma plateia majoritariamente masculina e ressaltou que se essa mesa estava compondo a pauta, é porque é necessária. A palestrante se apresenta como alguém que está ali para reivindicar pela vida das mulheres e da população LGBTQIAPN+, para que os homens parem com o silenciamento e com a violência e afirma que a desconstrução da sociedade machista só pode se dar através da mudança de comportamentos. Bandeira traça um panorama histórico e social de lutas e conquistas de mulheres e da população negra para falar com os participantes sobre a falta de equidade de gênero, consequência do patriarcado e do racismo estrutural. Compõem a apresentação também dados sobre a violência - como o fato de que o Brasil é o quinto país do mundo em violência contra a mulher e o primeiro entre os que mais matam pessoas trans no



00139906

Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

mundo - e um resumo das leis de proteção à mulher - Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio, lei contra a Violência Política de Gênero, Lei da importunação sexual, entre outras. Ainda em sua fala, Bandeira sugeriu a leitura do livro “Pequeno Manual Antirracista”, de Djamila Ribeiro, e destacou que racismo é crime e sua história vem da excravidão. Portanto, é necessário mudar isso e reparar historicamente a falsa abolição. Johari Silva começou sua fala chamando atenção para o desafio de participar dessa mesa e que seu objetivo era que palestrantes e participantes aprendessem mais sobre o que está presente no cotidiano da maioria. Na opinião dele, essa palestra pode servir para que os participantes se tornem pessoas que se colocam contra falar de machismo e LGBTQIAPN+fobia. O palestrante lembra que a Constituição Brasileira diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e questiona: isso é verdade no Brasil? O palestrante apresentou uma linha do tempo com a história, as lutas e as conquistas da população LGBTQIAP+ no Brasil e no mundo e pontuou que, apesar de todos os avanços, o Brasil segue como país que mais mata trans e travestis. Em seguida, Johari falou sobre a sigla LGBTQIAPN+, que está em evolução desde a década de 90, e explicou para os presentes o significado de cada letra. Destacou também a importância de que os materiais do sindicato, como fichas de filiação ou inscrição, incluam um espaço para o nome social. Por fim, concluiu afirmando que, quando os direitos de um indivíduo são ameaçados, os direitos de todos são violados. Após o intervalo para o almoço, teve início a **Mesa 6**, na qual a pesquisadora do DIESAT, Miriam Regina de Souza, apresentou o “Relatório Diesat - assédios moral, sexual e saúde mental”, sobre a pesquisa de perfil epidemiológico dos trabalhadores da Embrapa e da Codevasf. O estudo, encomendado pela Diretoria Nacional do SINPAF, foi realizado com 971 funcionários da Embrapa e 244 da Codevasf e abordou temas como histórico médico, estilo de vida e exposição a riscos, incluindo assédio psicológico e sexual. Quanto ao histórico médico, destacam-se os dados que indicam que as principais queixas dos trabalhadores e trabalhadoras remetem a problemas de visão, dores crônicas, doenças gástricas, doenças cardíacas, dores de cabeça e doenças hematológicas e mostram que, tanto na Embrapa quanto na Codevasf, os problemas de saúde mental e estresse são comuns. O relatório



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

destaca como pontos de atenção da pesquisa sobre estilo de vida; a existência de um número considerável de trabalhadores que praticam atividades física, a presença relevante de vegetarianos e veganos nas duas empresas, com um número um pouco maior na Embrapa; o fato de esses dois pontos serem vistos como impacto positivo na saúde dos trabalhadores e a necessidade de incentivo a programas que possam construir um ambiente de trabalho saudável. Além disso, os índices de assédio psicológico e sexual são alarmantes, com mais de 60% dos trabalhadores da Embrapa e quase 40% da Codevasf relatando tais abusos. No caso do assédio sexual, o relatório mostra que, nas duas empresas, mais de 70% das vítimas são mulheres. Miriam destacou ainda que a falta de consciência sobre o que configura assédio dificulta as denúncias. Nas considerações finais, a pesquisadora chamou atenção para a urgência de intervenções para proteger os trabalhadores em ambiente de risco; a existência de desafios comuns às duas empresas no que diz respeito à saúde mental e assédio; a necessidade do desenvolvimento de canais de denúncia, programas de treinamento visando uma mudança cultural e o fortalecimento do compromisso das instituições com as lutas dos trabalhadores. A mesa discutiu também os impactos da pandemia e a transição para o teletrabalho para alguns funcionários, enquanto outros mantiveram a modalidade presencial, o que gerou estresse devido aos problemas de mobilidade urbana. Em seguida, a **Mesa 7**, composta por Antonio Guedes, diretor administrativo financeiro e secretário-geral do SINPAF, e Adilson F. Mota, diretor jurídico, apresentaram um panorama do andamento das negociações dos ACTs 2025/2026 da Embrapa e da Pesagro. No caso da Pesagro, Guedes afirmou que atualmente não há um ACT sendo discutido com a categoria. Na Embrapa, em 2024, houve um envolvimento maior da categoria que contribuiu com assuntos que foram discutidos exaustivamente na mesa de negociação. Uma proposta apresentada pela empresa na 16a reunião do ano, em 26/09/2024. Era uma proposta tão ruim, que foi debatida pela CNN e rejeitada na mesa de negociação. O companheiro Davi Reis de Oliveira fez um breve relato sobre a experiência que teve no seu primeiro ano como membro da CNN, que definiu como difícil. Para ele, a categoria está em uma zona de conforto. As pessoas não estão dispostas a se mobilizar e sem mobilização não há como forçar a



00139906

Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

Embrapa a avançar. Nesse sentido, considera que o que precisa ser feito é convocar a categoria à ação, pedir apoio para mobilização. O diretor jurídico, Adilson Mota, relatou que a Embrapa apresentou uma proposta de ACT e a CNN do SINPAF se reuniu e decidiu pela rejeição. Quando foi informada da decisão, a empresa reagiu mal e enviou uma resposta onde sugere, inclusive, que o sindicato fosse para o dissídio. No entanto, isso não aconteceu e o sindicato optou pela mediação no Tribunal Superior do Trabalho (TST), que é uma etapa anterior ao dissídio. Adilson também relatou que um dos motivos pelos quais a proposta não foi aceita foi por a empresa ter rejeitado cláusulas não-econômicas, que não implicavam em um aumento de gastos. Sobre a proposta recebida, foi explicado que, além de se tratar de uma proposta inaceitável, a Embrapa exigiu resposta imediata e a decisão de rejeitar foi tomada coletivamente pelos 10 (dez) membros que compõem a CNN. Após a mesa, foi encaminhada a votação para a Comissão Nacional de Negociação (CNN). Houve consenso na aprovação da manutenção de Davi Oliveira como titular da comissão, com duas abstenções. Para a vaga de suplente, foram apresentadas duas candidaturas: Neio Lúcio Ramos Silva e Carmelita Espírito Santo. Neio foi eleito com 10 votos; Carmelita recebeu 8. A **Mesa 8** teve como tema "Assuntos Jurídicos" e foi conduzida por Adilson Mota, Diretor de Assuntos Jurídicos e Previdenciários. Em sua fala, o diretor abordou temas como CERES e PREVIC; Ação Judicial de Premiação; Ação das Letras dos Assistentes; a evolução das ações da LC 173; e a liminar da ação dos 75 anos. Em seguida, presidentes das Seções Sindicais da Região Sudeste falaram sobre a realidade de suas respectivas seções. Todas as seções sindicais relataram enfrentar problemas sérios com relação a orçamento, falta de pessoal, poucos recursos para desenvolvimento de pesquisas e condições de trabalho precárias, com trabalhadores exauridos e sobrecarregados. Sobre a Seção Sindical Agrobiologia, Carmelita Espírito Santo relatou problemas com relação ao orçamento, a falta de empregados como assistentes técnicos nos campos experimentais e muitos funcionários afastados por questões de saúde que estão com dificuldades financeiras. Propõe que seja feita uma conversa com a DN sobre essa questão por acreditar que não se trata de uma questão exclusiva da seção agrobiologia. Sobre a Seção Sindical Campinas, Mário Urchei relatou



0013@906

Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

semelhantes problemas de orçamento, principalmente para gastos terceirizados e custeio, e fez duas sugestões: (1) criar uma agenda efetiva para que as seções da região consigam de fato ter uma agenda comum envolvendo filiados e filiações e (2) a produção de uma síntese deliberativa após a plenária regional. Essa síntese serviria para que as diretorias regionais pudessem fazer reuniões e construir um plano integrado para mobilizar a base a partir de pontos comuns. Isso ajudaria a fomentar o envolvimento dos trabalhadores entre uma plenária e outra. Com relação à Seção Sindical São Carlos, Amadeu Pereira relatou uma situação de crise, com problemas relativos à mão de obra e pessoal, com trabalhadores cansados, e falta de dinheiro para coisas básicas, como o café da manhã ou pagamento da conta de luz. Néio Lúcio, da Seção Gado de Leite, pontuou que, por se tratar de uma unidade descentralizada e que lida com animais, envolve um trabalho muito duro. E que também enfrenta problemas de pessoal e escassez de recursos. E explicou que dentro da Seção Gado de leite existem três realidades: na Unidade JF, o salário está em dia e a estrutura está boa; no Campo Experimental de Coronel Pacheco, há o contrato com a ABCGIL (Associação Brasileira dos Criadores de Gir Leiteiro); e no Campo Experimental Santa Mônica, em Valença, que deveria ser um exemplo em uma região histórica, trabalham menos de 15 pessoas para cuidar de 1.640 hectares. Jair Neto, do Campo Experimental Santa Mônica, complementou que a situação está muito complexa e que os trabalhadores estão envelhecidos. Também relatou preocupação com o aumento do número de trabalhadores terceirizados. Sobre o Campo Experimental Coronel Pacheco, Ronaldo de Assis explicou que a ABCGIL, uma associação mineira, não quis entrar no Rio de Janeiro. E afirmou que, se não houvesse a parceria com a ABCGIL, o campo estaria fechado. Andreia Matos, da Seção Sindical Solos, chama atenção de que a proposta era falar sobre a realidade das seções, mas a situação é tão grave que se termina falando da realidade da Embrapa. Em seguida relatou a diminuição de pessoal, que acarreta acúmulo de tarefas pelos funcionários que ficam. Sobre as ações, destacou a existência de uma ação em conjunto com o Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (MPT-RJ) que trata da insalubridade em laboratórios da Embrapa; e uma que será iniciada, também com o MPT-RJ, sobre mobilidade urbana e teletrabalho.



00139906

Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

Andreia ressalta que se a Embrapa promove o teletrabalho como política de qualidade de vida, então quem não pode ter acesso ao teletrabalho precisa se beneficiar por alguma ação de reparação. Por fim, David Oliveira relatou que a realidade da Seção Sindical Agroindústria de Alimentos é semelhante à das outras seções, com risco de suspensão do transporte coletivo, cenário de abandono da sede. Ao final dos relatos, já após às 19 horas, o momento reservado para “Moções e Encaminhamentos” começou com a proposta de aprovação da Carta à COP-30, elaborada durante a plenária da região Centro-Oeste, realizada entre 20 e 23 de fevereiro em Dourados (MS). O presidente da mesa, Devanir Sebastião dos Santos, fez a leitura da carta para que os presentes pudessem fazer considerações e posterior encaminhamento para votação. Alguns delegados apontaram ausência de temas importantes no texto, como a defesa de uma reforma agrária popular e uso de agrotóxicos, bem como de questões conceituais, como a lógica da sustentabilidade. Nesse sentido, foi feita uma votação para aprovação do documento mediante a possibilidade de envio de considerações e alterações até o dia 20/03/2025. E assim foi feita a aprovação. Em seguida, passou-se à votação das moções apresentadas pelos presentes. Foram contabilizadas 12 moções, sendo que uma delas não tinha o número mínimo de duas assinaturas, que, de acordo com o regimento da plenária, era necessário para que fosse colocada em votação. Os companheiros Devanir e Davi, presidente e secretário da mesa da plenária, respectivamente, conduziram o processo no qual as moções foram lidas, colocadas em debate e votadas. (1) A primeira moção lida, de Andrea Matos e Marcelo Andrade, da Seção Sindical Solos, era o encaminhamento de uma proposta para que fosse deliberado que a pauta da 28ª Plenária Regional Sudeste seja enviada com 60 dias de antecedência, mas conforme consta no artigo 28 do estatuto do SINPAF, as seções sindicais devem receber a proposta de pauta e do regimento com até 30 dias de antecedência e que os delegados e delegadas se reúnam com no máximo 10 dias de antecedência para fazer sugestões. Houve divergência e foi explicado que o que o estatuto estabelece é a antecedência mínima de 30 dias e por ocasião da convocação da plenária. Em 2025, a convocação foi feita com 30 dias, mas nada impede que seja um prazo maior. Colocada em votação, a moção de encaminhamento foi rejeitada com



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

9 votos contra e 7. (2) A segunda moção lida, também de autoria de Andrea Matos e Marcelo Andrade, pede que aprovação de repúdio por parte dos delegados e delegadas presentes à ausência da discussão do teletrabalho para trabalhadores e trabalhadoras apartados dessa realidade pela função que ocupam, durante os trabalhos da 27ª Plenária, desconsiderando os impactos à saúde mental causados pela baixa mobilidade urbana em grandes municípios. Houve divergência e debate e a moção foi reprovada na votação. (3) A terceira moção, de autoria de Mário Urchei e Tércia Torres, de Campinas/Jaguariúna, pede que fosse priorizada na negociação do ACT 25/26 a inclusão da cláusula que garante o reajuste das diárias de viagem da Embrapa, que se encontra defasada há mais de 5 anos, em conjunto com as demais bandeiras de luta. Foi aprovada. (4) Em seguida, a quarta moção, também de autoria de Mário Urchei e Tércia Torres, reivindica que a diretoria executiva da Embrapa intensifique iniciativas efetivas para liberação urgente de recursos financeiros em quantidade e no tempo necessário para que projetos possam ter condições adequadas para as atividades previstas e manutenção das atividades. Aprovada. (5) Moção apresentada por Ricardo Rodrigues de Camargo, de Campinas/Jaguariúna, propõe que o SINPAF passe a lutar pela reforma da tabela salarial da Embrapa com objetivo de aumentar o número de referências para todos os cargos garantindo o direito a progressão salarial dos trabalhadores passem por meio do ACT 25/26 ou por meio da mesa de negociação Embrapa/SINPAF. A moção foi retirada após a pontuação de que incluir todos no jogo da progressão salarial poderia prejudicar uma parte dos trabalhadores. (6) Em seguida foi apresentada uma moção proposta por Francisco Miguel Corrales, de Campinas/Jaguariúna, para que a próxima plenária possa ter novo formato, com mesas de debates intercaladas com grupos de trabalho que se reúnam e depois apresentem suas reflexões e propostas a todos. A moção foi aprovada. (7) A sétima moção lida, entregue por Ricardo Rodrigues de Camargo, de Campinas/Jaguariúna, pede que seja aprovado que delegadas e delegados presentes na 27ª plenária reforçam a necessidade de que seja cumprido o estabelecido no regimento aprovado, em seu artigo 24, de que a ata da referida plenária seja disponibilizada em até 90 dias após seu término, não apenas para a diretoria nacional, mas para todos os participantes, e a



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

00139906

posterior publicização da mesma nos canais digitais do SINPAF. Todos aprovam. (8) Moção proposta por Francisco Miguel Corrales, de Campinas/Jaguariúna, pede que a diretoria nacional, em conjunto com as seções sindicais, promova ações junto aos bolsistas e funcionários terceirizados da Embrapa, como de limpeza e segurança, para promover a interação e oferecer orientação para que seus direitos sejam garantidos. A moção foi retirada após a ressalva de que isso só pode ser deliberado em casos onde não haja representação sindical desses trabalhadores. (9) A nona moção lida, apresentada por Tércia Torres, de Campinas/Jaguariúna, pede que o SINPAF, por meio da direção nacional, cobre da Embrapa a institucionalização de um programa sistemático de ações voltadas à diversidade, ao acolhimento a pessoas com deficiência, contra o racismo, feminicídio e violência contra pessoas LGBTQIAPN+, além da implementação de campanhas permanentes antirracistas, anti-homofobia e pelos direitos das mulheres. Aprovada. (10) Moção de Ronaldo de Assis, da seção Gado de Leite, pede que, na próxima plenária seja proposta uma pauta mais voltada para assuntos de interesses diretos dos funcionários, como CERES Previdência, Casembrapa, Plano de Cargos e Salários, Acordo Coletivo e a situação dos campos experimentais. A moção foi retirada após a sugestão de encaminhamento de que nas próximas plenárias haja participação de representantes da Ceres e da Casembrapa para aconselhamento dos participantes. (11) A última moção lida foi proposta por Mário Urchei, de Campinas/Jaguariúna, solicitando que a direção nacional divulgue para as seções sindicais os balancetes financeiros mensais do ano anterior com no mínimo 60 dias de antecedência da plenária nacional. A moção foi retirada após a explicação de que o prazo de 30 dias para a divulgação foi firmado em 2024 e será cumprido o compromisso de publicizar os documentos dentro do tempo necessário de preparação para a plenária. Após a leitura, discussão e votação das moções, era hora de decidir o local da próxima Plenária Sudeste, a ser realizada em 2026. A proposta da realização na cidade de Belo Horizonte foi prontamente aceita pelos delegados e delegadas. Sendo assim, após a realização da 26a Plenária no estado de São Paulo e da 27a no Rio de Janeiro, a 28ª Plenária Sudeste acontecerá na capital de Minas Gerais. Para encerrar, a mesa agradeceu a presença e participação de todos(as), assim como ao



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

Núcleo Piratininga de Comunicação, que prestou assessoria de comunicação ao SINPAF ao longo do encontro. "Saímos daqui com vários resultados importantes e agora cabe a todos e todas, cumprirmos e fazer com que eles se efetivem em ações concretas", concluiu o presidente da mesa, Devanir Sebastião dos Santos. Assim, nada mais tendo a tratar, encerro a presente Ata, a qual vai assinada pelo presidente da mesa, Devanir Sebastião dos Santos, Diretor Regional Sudeste, pela relatora Cirlei Alves Fiuza e por mim, David Regis de Oliveira, secretário da mesa da vigésima sétima Plenária Regional Sudeste, realizada nos dias 14 e 15 de março de 2025, no Rio de Janeiro, RJ.

Documento assinado digitalmente
gov.br DEVANIR SEBASTIAO DOS SANTOS
Data: 23/04/2025 16:43:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Devanir Sebastião dos Santos
Diretor Regional Sudeste

Documento assinado digitalmente
gov.br DAVID REGIS DE OLIVEIRA
Data: 23/04/2025 16:22:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

David Regis de Oliveira
Secretário

Documento assinado digitalmente
gov.br CIRLEI ALVES FUIZA
Data: 23/04/2025 16:26:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cirlei Alves Fiuza
Relatora

